



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

SISTEMA PRISIONAL

1. Introdução

Em 2023, através da Resolução 1575/2022-TJAP foi criada a estrutura de apoio administrativo, integrada por, no mínimo, dois servidores do quadro do Poder Judiciário, com lotação e atuação exclusiva no GMF, contemplando um cargo em comissão de assessor judiciário IV (para o secretário do GMF) e uma função de auxiliar judiciário III, dessa forma, dando cumprimento a Resolução Nº 368 de 20/01/2021 - CNJ.

Em julho de 2023, foi apresentada através do ofício nº 1850-2023/DMF/CNJ proposta do novo apoio técnico do Programa Fazendo Justiça com a substituição do cargo de coordenador estadual por dois cargos de Assistentes Técnicos Estaduais sendo um especializado para atuação juntos às políticas penais e um assistente para atuação com o sistema de medidas socioeducativas. Em setembro de 2023, foi apresentada a nova Assistente do Programa Fazendo Justiça, com atuação no campo socioeducativo, senhora Isabel Sousa, para desempenho de atividades no Amapá. Até o final de 2023, o GMF atuou sem o assistente técnico da área penal.

Foi realizado o Mutirão Processual Penal, através das orientações fornecidas pelo DMF/CNJ por meio do ofício nº 10-2023/DMF e da Portaria nº 170/2023/CNJ. O mutirão foi coordenado e executado pelo GMF com o apoio da Corregedoria Geral de Justiça; o Instituto de Administração Penitenciária do Amapá auxiliou com o pronto fornecimento de informações, quando solicitado. Foram analisados, no Mutirão Processual Penal, cerca de 366 processos dentro dos quesitos estabelecidos pela referida portaria.. Ao fim do mutirão



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

ficou claro, diante dos dados apresentados, que o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá atua em consonância com as diretrizes do CNJ, visto que, as demandas relativas às reavaliações de prisão cautelar, superlotação do ambiente carcerário são tratadas no dia a dia de trabalho das serventias criminais e da Vara de Execuções Penais, com a realização de inspeções mensais, e tomada de providências necessárias.

O GMF, em atenção a Resolução Nº 287 de 25/06/2019, que estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, tomou a iniciativa de contatar a Professora Dra. Elissandra Barros da Silva, docente efetiva do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP para realizar a tradução de cartazes da audiência de custódia para as línguas de dois povos originários, sendo elas: Língua parikwaki - Povo Palikur-Arukwayene e língua kheuól - povos Galibi-Marworno e Karipuna.

Em cumprimento a Resolução Nº 487 de 25/06/2019, foi enviado para o DMF o Plano Estratégico de Implementação da Política Antimanicomial do Poder Judiciário e instituído, através da Portaria nº 70470-TJAP, o Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amapá - CEIMPA.

Com o propósito de aprimorar o processo de ressocialização de egressos do Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (Iapen), que possuem transtornos mentais e cumprem medida de segurança no Centro de Custódia do Novo Horizonte (CCNH), durante o ano de 2023, o GMF/TJAP e a Vara de Execuções Penais, em parceria com o Iapen, promoveu ações do Projeto de Desinstitucionalização dos internos. Esse tipo de ação busca prepará-los para a reintegração social. As referidas atividades promovem a (re)inserção



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

gradativa dessas pessoas que estão em situação de internação de longa permanência, nos espaços urbanos e/ou sociais.

O Tribunal de Justiça do Amapá – TJAP, através da Vara de Execuções Penais – VEP e do GMF, em constante monitoramento ao sistema prisional, por meio das inspeções, constatou a superlotação e analisou cerca de 200 processos que tiveram benefício de progressão para o regime aberto antecipada, harmonização do regime semiaberto e prisão domiciliar concedidos.

Assim, o GMF em uma ação articulada ao poder executivo estadual, e à Rede de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional – RAESP, a saber: CEPAR, CME, CALBE, SIMS, ES e CCEP vem contribuindo para reduzir os estigmas sociais em torno dos preconceitos que esse público vivencia cotidianamente, e estimulando à construção de novos projetos de vida.

O evento denominado “Projeto Trilhando Novos Caminhos” foi concebido com o propósito de orientar os egressos sobre o cumprimento da pena fora do cárcere, e visa apresentar a rede de apoio disponível para um número significativo de indivíduos que deixaram o sistema carcerário devido à superlotação no regime semiaberto, identificada durante as recentes inspeções periódicas conduzidas pelo GMF, sob a coordenação do Juiz João Matos Júnior.

Com o objetivo de aperfeiçoar e expandir o conhecimento sobre determinados temas que são relevantes para aprimoramento dos trabalhos realizados pelo GMF, houve participação tanto do Supervisor e do Coordenador quanto do secretário do GMF em eventos de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Houve participação do GMF/TJAP no Encontro Nacional dos GMFs, ocorrido em Brasília; Seminário Internacional de Saúde Mental: Possibilidades para a efetivação da Política Antimanicomial



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

na Interface com o Poder Judiciário; 4º FONAPE - Fórum Nacional de Alternativas Penais: Alternativas Penais e Políticas Sobre Drogas - Caminhos para novos Paradigmas no Brasil.

Foram realizadas reuniões com os poderes executivos estadual e municipal pelo GMF com o objetivo de estabelecer e aperfeiçoar parcerias.

Com a articulação e intermediação do GMF, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica nº 002/2023 entre o TJAP e o Governo do Estado do Amapá para funcionamento do Centro de Reintegração Social (CRS). No local, hoje está em funcionamento a APAC. A APAC abriga 20 pessoas privadas de liberdade em cumprimento de pena no regime fechado. Esse local está sendo estruturado para que possa, futuramente, ampliar a quantidade de vagas.

O GMF acompanha e dá suporte para o Conselho da Comunidade na Execução Penal da Comarca de Macapá. É importante mencionar que o Conselho da Comunidade teve um crescimento extraordinário nos últimos anos, no que diz respeito, principalmente, a sua atuação com o poder executivo estadual e municipal e com o judiciário, na inserção das pessoas privadas de liberdade no mercado de trabalho e na melhoria de questões estruturais e aquisição de insumos para atendimento odontológico no IAPEN. .

O município de Santana manifestou interesse para, em conjunto com o Tribunal de Justiça do Amapá, o Ministério Público e o IAPEN dar continuidade ao Projeto Transformando Vidas, com a intenção de ampliar o número de vagas de trabalho 60 para 100 reeducandos, via Acordo de Cooperação Técnica.

2. Trabalhos do Escritório Social

O GMF, com atribuição de fomento e o apoio à sustentabilidade do Escritório Social (E.SOCIAL), inaugurado em 28.01.2021, é um equipamento público consolidado a partir do



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

Termo de Cooperação Técnica nº 005/2020 entre Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e poderes Executivo e Judiciário do Estado do Amapá (Tribunal de Justiça do Amapá - TJAP), e desenvolve trabalho voltado para a “Política Nacional de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional”, contendo postulados, princípios e diretrizes para a estruturação de serviços de acolhimento, orientação e encaminhamento; além de metodologias, estrutura gerencial e operacional dos serviços, prevista na Lei de Execuções Penais (Lei nº 7210/84), somada à Resolução CNJ nº 307/2019, que instituiu a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário.

Durante a atuação do E.SOCIAL, no período de 09 de janeiro a 15 de dezembro de 2023, foram registrados 483 (quatrocentos e oitenta e três) atendimentos singularizados, dos quais 194 (cento e noventa e quatro) foram realizados na modalidade “novos atendimentos” e 289 (duzentos e oitenta e nove) na modalidade “retornos”.

Quanto aos “Tipos de Encaminhamentos”, foram contabilizados um total de 931 (novecentos e trinta e um), realizados em ambas as modalidades de atendimento:

Deste total de 939 atendimentos, 142 de Assistência Jurídica, 84 de Assistência Social, 59 de Educação Formal, 1 Educação não-Formal, 57 Alimentação, 321 de Emissão de Documentos, 45 Documentação interna no IAPEN, 29 de Habitação, 27 de Qualificação Profissional, 7 de Saúde Atenção Básica, 7 Saúde CAPS, 142 de Trabalho e Geração de Renda, 7 Atualização Cadastral, 10 Escuta Ativa.

As categorias de tipos de encaminhamentos a pessoas egressas e familiares correspondem às seguintes demandas:



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

- 1) Alimentação: encaminhamentos ao CRAS para benefício eventual de cesta básica.
- 2) Assistência Jurídica: encaminhamentos DPE/AP: para retirada de certidão de nascimento tardia; orientações jurídicas sobre ocorrências no uso de tornozeleira eletrônica; prorrogação da prisão domiciliar. Também, via Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU): emissão de atestado de pena; consulta e análise processual; revogação de mandado de prisão; pedido de extensão de horário para participação profissional em feira de artesanato.
- 3) Assistência Social – Acolhimento provisório para adultos (centro de acolhida, albergue, abrigo etc.): não houve registro de dados.
- 4) Assistência Social – Centro Pop ou CREAS Pop – Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua: encaminhamentos para alimentação, higiene pessoal, atendimento psicossocial, participação em oficinas e ações sociais.
- 5) Assistência Social - CRAS - Centro de Referência de Assistência Social para atendimento e acompanhamento socioassistencial e/ou para cadastro e orientação Programas de Transferências de Renda e outros benefícios: para emissão de 1ª e 2ª via cadastro único e Auxílio Brasil; Auxílio gás; Tarifa Social; Kit Bebe.
- 6) Assistência Social - CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social: não há registros de dados.
- 7) Assistência Social – SEAS – Secretaria Estadual de Assistência Social: encaminhamentos para o benefício existencial do Renda para Viver Melhor.
- 8) Centros Especializados de Atendimento à Mulher / Casa da Mulher Brasileira: não há registros de dados.



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

9) Educação – Escolarização Não-formal: não há registro de dados.

10) Educação – Estudo/Educação formal: encaminhamentos à rede de educação municipal e estadual para matrículas em creches, matrículas no ensino fundamental e médio regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA), transferência escolar; à Secretaria Estadual de Educação (SEED) para realização de Exame de Banca.

11) Emissão de documentos: encaminhamentos aos Cartórios Jucá e Cristiane passos para emissão de 2ª via de certidão de nascimento e/ou casamento; encaminhamentos, através do NUCCOP, aos Cartórios do Laranjal do Jari-AP, Breves- PA e Almerim- PA; encaminhamentos aos Cartórios de Santana-AP, Mazagão- AP e Viseu –PA; à Polícia Científica do Amapá para emissão de carteira de identidade (CI); orientação ao familiar de encaminhamento ao Super-fácil para emissão de carteira de identidade; à Delegacia da Receita Federal para inscrição ou regularização de cadastro de pessoa física (CPF); orientação ao familiar de encaminhamento aos correios para inscrição de CPF; acesso ao site e aplicativo *Gov.br* para cadastro, 2ª via do alistamento militar, emissão de 2ª via ou atualização de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), à acesso ao site e aplicativo do *Connect SUS* para 2ª via de cartão do SUS; acesso ao site do *TSE* para 2ª via de título de eleitor e emissão de certidão negativa; 2ª via de título de eleitor para os cartório eleitorais de acordo com as zonas; acesso ao site da receita federal para 2ª via de CPF; à 45ª Junta do Serviço Militar e Junta do Serviço Militar de Santana; para emissão de certificado de alistamento militar, certificado de dispensa de incorporação, certificado de reservista (ex militares) e transferência de vinculação de cidade;.

12) Solicitação de documentação ao IAPEN: para recebimento de certidão de nascimento e/ou casamento, CI, CPF, CTPS, todas arquivadas na Coordenadoria de Execução Penal (CEP); cartão do SUS e cartão de vacinação retidos na Coordenadoria de Tratamento Penal (COTRAP);



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

histórico escolar e certificado de conclusão, ressalva escolar, declaração de dependências na Unidade de Assistência Escolar e Profissionalizante (UNAEP), para solicitações junto à Escola São José (SEED); para recebimento de laudo e prontuário médico, certificado de curso e histórico escolar na Coordenadoria da Penitenciária Feminina (COPEF).

12) Habitação: não há registro de dados.

13) Qualificação profissional: encaminhamentos para inscrição em curso de Relações Humanas no CCEP.

14) Saúde: Saúde – Atenção básica (Unidade Básica de Saúde): encaminhamentos para encaminhamento para atendimento em centro especializado Papaléo Paes, para exames, consulta com neuropediatra para avaliação de autismo.

15) Centro Especializado em Transtorno do Espectro Autista (TEA): encaminhamento para atendimento inicial com clínico geral para posterior encaminhamento ao centro Papaléo Paes.

16) Saúde - Caps ad - Centro de Atenção Psicossocial álcool e drogas: solicitação de Relatório Situacional do assistido; encaminhamento para atendimento.

17) Saúde - Caps adulto - Centro de Atenção Psicossocial adulto: orientação para adesão ou retorno ao serviço do Caps Gentileza.

18) Trabalho e geração de renda: encaminhamentos ao CCEP para inserção produtiva; para cadastro a vagas de emprego, cursos de capacitação, elaboração de curriculum e oficinas ao SINE e CTA; aferição de habilidades manualistas e artesanais na Casa do Artesão; todos da Secretaria Estadual de Trabalho e Empreendedorismo (SETE); orientações sobre



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

empreendedorismo, com base nas potencialidades do atendido quanto às suas habilidades e experiências profissionais.

19) Atualização Cadastral: registro de qualquer dado trazido durante o atendimento de retorno.

20) Escuta Ativa: de atendidos com transtornos mentais, de atendidos com dúvidas sobre os habitacionais e de atendidos com dúvidas sobre cestas básicas.

Portanto, o ES/AP tem exercido a missão de ser, de fato, o equipamento público de referência às pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares, com atendimento de qualidade, a fim de garantir direitos constitucionais e atuar como importante instrumento de reinserção social, prevenção à reincidência e combate ao crime, restando no alcance da verdadeira liberdade cidadã.

3. Inspeções

Em 2023, foram realizadas mais de 50 inspeções judiciais nas Unidades Prisionais do Instituto de Administração Penitenciária do Amapá, nos regimes fechado, semiaberto e provisório. Foram constatadas situações de maus tratos, falta de atendimento médico, falta de medicamentos, falta estrutura adequada, ambientes insalubres, superlotação em vários ambientes carcerários, entre outras. Diante das constatações foram determinadas medidas com o objetivo de melhorar o ambiente carcerário e reduzir a superlotação.

Foi inaugurada a Unidade Prisional Policial José Éder e foi providenciado, pelo GMF, sua inserção no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais - CNIEP. Hoje o estado do Amapá conta com 7 Unidades Prisionais que são inspecionadas mensalmente pelo GMF/TJAP.



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

4. Monitoramento Eletrônico:

O monitoramento eletrônico foi criado com a finalidade de fazer com que o condenado não fosse retirado, abruptamente, do seu meio social, em conformidade com o artigo 146-B e seguintes da LEP.

No Amapá, o monitoramento eletrônico é realizado e acompanhado pela Central de Monitoramento Eletrônico do IAPEN, que possui uma sede própria localizada no centro da capital. Até o fim de 2023, foram inseridos no monitoramento eletrônico em cumprimento de medida cautelar 166 presos provisórios por crimes diversos, sendo 23 do sexo feminino e 143 do sexo masculino. Em cumprimento de pena com o monitoramento eletrônico no regime semiaberto são 300 pessoas, sendo 19 do sexo feminino e 281 do sexo masculino.

Frequentemente o GMF/TJAP através do Coordenador realiza reuniões com o Diretor da Central de Monitoramento Eletrônico para dirimir dúvidas e auxiliar no que for necessário para a melhoria no atendimento das demandas.

5. Projetos e políticas públicas

Os dois projetos do município de Macapá e Santana, respectivamente, Liberdade e Cidadania e Transformando Vidas, permaneceram com êxito absoluto.

O Conselho da Comunidade na Execução Penal da Comarca de Macapá realizou a ampliação parceria com diversas entidades, como Secretaria de Transportes do Estado do Amapá, Tribunal de Justiça, Secretaria de Zedadoria Urbana de Macapá e empresas de mineração, construção civil, supermercados, SEBRAE, Rede de Farmácias e TCE/AP.



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

A FECOMERCIO/ SENAC, SEST/SENAT, Secretaria de Educação e Secretaria Municipal de Agricultura de Macapá realizaram programação de cursos profissionalizantes voltados ao público do sistema prisional e seus familiares.

6. Quantitativo de Reeducandos:

A tabela abaixo contempla a quantidade de reeducandos(as) cumprindo pena em cada unidade prisional do estado, em 31 de dezembro de 2023. Os dados abaixo relacionados são enviados, mensalmente, pelo Instituto de Administração Penitenciária ao GMF/TJAP que por sua vez alimenta o sistema de Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais - CNIEP.

Unidade Prisional	Número de presos	Número de vagas
IAPEN - CADEIÃO	2057	973
Centro de Custódia Especial - CCE	44	13
Centro de Custódia Novo Horizonte - CCNH	20	15
Centro de Custódia Oiapoque	48	12
IAPEN - COLPE	388	479
IAPEN - COPEF	97	71
IAPEN - UPPJE	202	33



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

INTRODUÇÃO

Com o anúncio do fim da pandemia de Covid-19 e retorno pleno às atividades presenciais, o ano de 2023 trouxe novos desafios, principalmente relacionados à readequação e qualificação dos programas de atendimento socioeducativo em consonância com a legislação local, nacional e internacional sobre o tema. As soluções para as demandas observadas passam, necessariamente, pela articulação entre os atores e estabelecimento de parcerias entre diversas instituições, políticas públicas e setores da sociedade civil, enfatizando a ideia de incompletude institucional e a necessidade de fortalecimento e valorização dos profissionais daqueles que estão na ponta da execução.

Assim, ao longo do ano, as dificuldades observadas foram presumidas como dificuldades do sistema, abrangendo todos os seus atores, e permitindo a busca de soluções democráticas e construídas com base no diálogo institucional. Tal lógica convida à participação e co-responsabilidade de todos: Poder Judiciário, Poder Executivo, serviços de execução de medidas, gestores, profissionais do Sistema de Garantia de Direitos, considerando que a socioeducação é uma construção coletiva e plural, em conformidade com a lei nº12.594/2012 e Resolução nº119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Segue abaixo o sumário de ações e dados referentes ao ano de 2023 reunidos pela equipe do GMF que atua no Juizado da Infância e da Juventude de Macapá – Área Políticas



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

Públicas e Execução de Medidas Socioeducativas de Macapá, organizado por eixo de acordo com as metas estabelecidas no Plano de Ação 2023.

I - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO SOCIOEDUCATIVO

O principal objetivo das ações relacionadas a este eixo consistiu na qualificação da informação sobre o sistema socioeducativo estadual, permitindo sua integração com o sistema nacional e a realização de diagnósticos que subsidiem tomadas de decisões mais eficientes. Para tanto, foram seguidas as metas e previsões de atividades estabelecidas no plano de ação para 2023, informa-se que:

- Como previsto, foram realizadas **seis inspeções** nas unidades de execução de medida socioeducativa de internação, semiliberdade e internação provisória, além de **duas inspeções** nas unidades de execução de medidas em meio aberto, com elaboração de relatórios próprios registrados no sistema CNIUPS e com demandas acompanhadas por processos administrativos específicos a cada unidade, repercutindo em reuniões e articulações institucionais ;
- Realização do Workshop do Programa de Acompanhamento Pós-Cumprimento de Medida Socioeducativa (01/09/2023);
- Elaboração, de forma manual, de um banco de dados interdisciplinares, com informações processuais e psicossociais da totalidade de processos de execução de medidas socioeducativas distribuídos em 2023 no Juizado da Infância e da Juventude - Área de Políticas Públicas e Execução de Medidas Socioeducativas da Comarca de Macapá/AP, com relatórios em fase final de elaboração;



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

A prestação jurisdicional ainda é realizada por meio do Sistema Tucujuris, que é um dos sistemas eletrônicos de tramitação de processos utilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá. Por meio deste sistema e pelo banco de dados interdisciplinares criado pelo Juizado da Infância e da Juventude - Área de Políticas Públicas e Execução de Medidas Socioeducativas é possível extrair dados sobre número de processos distribuídos, número de medidas socioeducativas em trâmites ou arquivadas, entre outras informações.

Segue planilha com alguns dados sobre os processos distribuídos em 2023 no Juizado da Infância e da Juventude - Área de Políticas Públicas e Execução de Medidas Socioeducativas da Comarca de Macapá/AP:

Quantitativo de processos de execução de medidas socioeducativas distribuídos em 2023	329
Quantitativo de medidas socioeducativas extintas	148
Quantitativo de medidas socioeducativas substituídas	16
Quantitativo de processos que envolveram demanda de saúde mental em 2023	34

Obs.: Os dados referem-se aos processos de medidas socioeducativas distribuídos/autuados em 2023.

Uma das principais dificuldades para a realização das atividades desse eixo relaciona-se à ausência de um sistema próprio institucional de banco de dados. A iniciativa de sistematizar os dados interdisciplinares é ainda experimental, ocorrendo coleta semelhante, mas ainda em menor escala, apenas no ano de 2016, com dados referente às



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

medidas socioeducativas de meio aberto de um semestre do ano. Assim, espera-se que no ano de 2024 o banco de dados seja aperfeiçoado, com otimização de sua alimentação. Aguarda-se, também, a expansão do PJE para o Juizado da Infância e Juventude de Macapá, e adesão do TJAP ao Plataforma Socioeducativa - ferramenta implementada inicialmente no Rio Grande do Norte, que automatiza a gestão dos processos e reúne uma base de dados confiável e segura sobre o perfil sociodemográfico dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. O juizado, no âmbito do GMF, tem pautado internamente este tema com a Corregedoria do TJAP.

II - IMPLANTAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E DIFUSÃO DOS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO INTEGRADO (NAI)

Tendo em vista a complexidade envolvida na estruturação física e organizacional para o funcionamento do NAI, no ano de 2023 as ações relacionadas a esse eixo se concentraram, principalmente, na organização do fluxo de atendimento e articulação com as instituições envolvidas. Assim, seguindo as atividades previstas no plano de ação, informa-se:

- realização de reuniões do grupo de trabalho, nas quais foram analisados os fluxogramas em funcionamento em outras unidades federativas e delineado fluxograma próprio para o estado do Amapá;
- elaboração do fluxo de atendimento, apresentado em proposta de implantação;



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

- divulgação da proposta de atendimento integrado, enfatizando-se a necessidade de fortalecimento das redes locais e da sociedade civil, garantindo visibilidade e participação social no processo de socioeducação;
- realização de reuniões técnicas institucionais retomando a importância do NAI, e visando atualizar os membros do GT;
- acompanhamento da aprovação do fluxograma junto ao Cedca-AP.

A principal dificuldade relacionada a este eixo diz respeito à complexidade estrutural e organizacional envolvida na implantação do NAI, que exige o empenho de todos os envolvidos além de mobilização de significativos recursos financeiros. Observa-se, no entanto, que as ações representaram importante avanço na estruturação, pelo menos do atendimento integrado, aguardando-se para 2024 a consolidação do fluxo de atendimento e o início das atividades, com a pactuação de Termos de Cooperação Técnica, ainda que de forma descentralizada.

Salienta-se, ainda, que como grande parte das articulações fogem do escopo de atuação da unidade judiciária, as demandas foram absorvidas pela Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude com apoio do Juizado, quando necessário e viável.

III - CENTRAL DE VAGAS - OCUPAÇÃO TAXATIVA DE VAGAS

As ações desse eixo concentraram-se na premissa de singularização das ações socioeducativas e preservação da dignidade da pessoa humana, enfatizando-se, para além da estrutura física das unidades de execução, a importância do fator humano no processo de



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

socioeducação. Assim, de acordo com o plano de ações para o ano, informa-se as seguintes atividades realizadas ao longo do ano:

- composição de grupo de trabalho por meio da portaria nº69162/2023-GP responsável pela elaboração de normativa local sobre Central de Vagas;
- reuniões para apreciação, discussão e adequação de proposta de implantação da Central de Vagas apresentada pela Fundação da Criança e do Adolescente;
- Apresentação de minuta de Portaria Conjunta para disciplinar a implantação e funcionamento da Central de Vagas no primeiro semestre de 2023;
- elaboração e publicação de Portaria Conjunta nº001/2023 que dispõe sobre diretrizes e normas gerais para criação, implementação e execução da Central de Vagas no Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo;
- articulação institucional visando a implementação da referida Portaria.

Em relação à redução de sobreocupação de vagas nas unidades de atendimento socioeducativo (limites máximos de 100% para o meio fechado), informa-se que, durante o ano de 2023 a taxa de ocupação foi mantida abaixo do valor máximo permitido.

Segue tabela com a quantidade de socioeducandos(as) cumprindo medidas em cada unidade socioeducativa de Macapá, até dezembro de 2023, conforme dados coletados na última inspeção do ano:

UNIDADE SOCIOEDUCATIVA	NÚMERO DE SOCIOEDUCANDOS(AS)	VAGAS
------------------------	------------------------------	-------



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
 Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
 Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
 gmf@tjap.jus.br
 Contatos: 96 3312-4594/4590

Núcleo de Medida Socioeducativa de Internação Masculina (CESEIN)	08	40
Casa de Semiliberdade	04	20
Núcleo de Medida Cautelar (CIP)	08	40
Núcleo de Medida Socioeducativa de Internação Feminina (CIFEN)	02	6
CREAS CIDADANIA - Zona Sul (meio aberto)	68	não se aplica grupo de 20 por equipe de referência
CREAS LIBERDADE -Zona Norte (meio aberto)	69	não se aplica grupo de 20 por equipe de referência

Como no eixo anterior, algumas ações necessárias à implantação da Central de Vagas fogem do escopo de atuação da unidade judiciária, tendo sido estas demandas absorvidas pela Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude, mas temos mantido diálogo com a Fundação da Criança e do Adolescente para monitoramento e contribuição com a sua efetivação.



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
 Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
 Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
 gmf@tjap.jus.br
 Contatos: 96 3312-4594/4590

IV - DISSEMINAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

No ano de 2023 foram realizados **04 ciclos de audiências** concentradas que ocorreram nos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro, atingindo o total de 104 audiências em que os socioeducandos do CESEIN, CIFEM e Casa de Semiliberdade tiveram suas medidas reavaliadas.

Essas ações foram coordenadas pela magistrada titular do Juizado da Infância e Juventude - Área de Políticas Públicas e Execução de Medidas Socioeducativas, Laura Costeira Araújo de Oliveira, auxiliada por servidores do referido Juizado. Participaram também das ações o Ministério Público, a Defensoria Pública e a FCRIA, e a assistência técnica do Programa Fazendo Justiça. Segue tabela com a quantidade de audiências concentradas realizadas em 2023:

Unidade Socioducativa	audiências realizadas no 1º Ciclo (março)	audiências realizadas no 2º Ciclo (junho)	audiências realizadas no 3º Ciclo (setembro)	audiências realizadas no 4º Ciclo (dezembro)	Total de audiências realizadas
CESEIN	11	10	03	08	32
CIFEM	0	02	11	02	15



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

Casa de Semiliberdade	09	16	21	11	57 Total 104
-----------------------	----	----	----	----	-----------------

A despeito da baixa taxa de congestionamento de processos na unidade, sem atrasos ou acúmulos nos processos de medidas de restrição ou privação da liberdade, os ciclos de audiências concentradas foram realizados, de acordo com a previsão e normatização pela Resolução TJAP nº 1431/2021 em periodização trimestral. Para cada ciclo foi elaborado relatório próprio, sistematizando as informações processuais. Ademais, informa-se:

- apresentação de cronograma anual de audiências concentradas, contando com quatro ciclos de audiências ao longo do ano (março, junho, setembro e dezembro) com prévia divulgação a todos os atores envolvidos (unidades de execução, Ministério Público do Estado, Defensoria Pública do Estado);
- execução plena do cronograma estabelecido, com adaptações nas datas apenas do último ciclo (dezembro) em virtude da ocorrência de feriados e alteração no número de processos, fato comunicado às instituições interessadas com antecipação;
- instalação de sala de audiência no Núcleo de Semiliberdade, disponível para utilização no segundo ciclo de audiências (junho de 2023) já que anteriormente não estava sendo realizado o acolhimento noturno dos socioeducandos nesta unidade. Instalação de sala de audiência no Centro de Internação Feminina, disponível para o terceiro ciclo de audiências (setembro de 2023), haja vista que anteriormente as socioeducandas se deslocavam até o Centro de Internação Masculina para participarem de audiência.



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

- consolidação, junto a rede de atendimento, do fluxo de trabalho e da metodologia das audiências concentradas, o que ocorreu por meio da articulação entre a unidade judiciária e as unidades de execução de medida socioeducativa;
- estabelecimento de parcerias com órgãos gestores e entidades civis para apoio às ações do Sistema Socioeducativo, por meio da articulação e comunicação contínuas com os atores envolvidos de acordo com as demandas levantadas em cada ciclo de audiências;
- estabelecimento de parcerias da unidade judiciária para o incentivo de ações ofertadas pelo Poder Executivo;

Considera-se este eixo de melhor entrega entre as iniciativas recomendadas pelo CNJ, uma vez que os ciclos de audiências concentradas já foram assimilados às rotinas da unidade judiciária e das unidades de execução. A principal dificuldade encontrada relaciona-se à adequação técnica das execuções de medidas socioeducativas, uma vez que o cronograma de audiências prevê reavaliações em períodos constantes (três meses), e, neste prazo, os serviços não têm, muitas vezes, conseguido implementar as ações necessárias ao processo socioeducativo, que envolve o atendimento de demandas complexas e sensíveis.

V - PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO A ADOLESCENTES PÓS-CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Uma vez que se verificou a existência de um setor específico para o acompanhamento de adolescentes pós-cumprimento de medida socioeducativa na Fundação da Criança e do Adolescente, as ações desse eixo voltaram-se à qualificação do serviço ofertado, ratificando a premissa de que a execução do referido programa é de



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

responsabilidade do Poder Executivo Estadual, cabendo ao Tribunal de Justiça o incentivo, fiscalização e fortalecimento das ações. Assim, informa-se:

- realização de WorkShop em 01/09/2023 com o objetivo de sensibilizar e informar a respeito do Programa para Acompanhamento de Adolescentes Pós-Cumprimento de Medida Socioeducativa, que culminou com assinatura de termo de compromisso entre os atores envolvidos;
- monitoramento e avaliação das atividades realizadas pelo setor já existente na FCRIA, em Autos de Diligência Judicial (0004157-52.2023);
- Elaboração e publicação do Termo de Compromisso 01/2023 do TJAP;
- Realização da reunião de instalação do Grupo de Trabalho Institucional do Programa Pós-Cumprimento de Medida Socioeducativa;

Uma vez que a adesão ao Programa de Acompanhamento a Adolescentes Pós-Cumprimento de Medida Socioeducativa é voluntário, observa-se um número pequeno de adolescentes e jovens em acompanhamento. Além disso, dificuldades estruturais, tais como equipe reduzida na Fcria, ausência de vagas em cursos profissionalizantes, a baixa escolarização do público assistido, a inexistência de políticas de incentivo ao trabalho decente deste público e a frágil articulação entre o Poder Executivo e a sociedade civil tem dificultado a efetivação dos objetivos do Programa, relativos à garantia dos seus direitos fundamentais, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Juventude e legislação correlatas. Por fim, observa-se que as iniciativas de acompanhamento desse público concentram-se em ações de pessoas ligadas a uma instituição religiosa, evidenciando a necessidade de acompanhamento próximo das ações



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

realizadas para que sejam preservados os direitos de liberdade religiosa e laicidade do Estado.

VI - FORTALECIMENTO E ACESSO A PROGRAMAS DE PROFISSIONALIZAÇÃO E APRENDIZAGEM NO SOCIOEDUCATIVO

Como parte das atribuições de Políticas Públicas, o Juizado da Infância e Juventude já vinha executando projetos de incentivo à profissionalização de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, em especial por meio do projeto Vamos Juntos. Assim, as ações relacionadas a esse eixo no fortalecimento das iniciativas já realizadas, ampliação do incentivo e apoio às propostas da rede de atendimento, e fomento a parcerias com instituições do Sistema de Garantia de Direitos. Informa-se abaixo a execução de projetos sob a supervisão da Equipe Núcleo de Atendimento Psicossocial- NAP:

- O Projeto “Um parque em Meu Caminho”, realizado por meio da parceria da Prefeitura de Macapá e o Tribunal de Justiça do Amapá, possibilita que adolescentes cumpram medida socioeducativa em meio aberto em atividades educativas na Fundação Parque Zoobotânico.
- O Projeto “Ciranda” objetiva apoiar as escolas da rede regular de ensino, do município de Macapá, através de atividades educativas, lúdicas e pedagógicas, que estimulem o debate de temas transversais sobre os direitos de crianças e adolescentes, autocomposição de conflitos e promoção da cultura da paz. Em 2023, houve a realização de cinco ciclos deste projeto.
- Projeto “Virando a Página” que consiste em arrecadar livros para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas na capital do estado.



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

Ressalta-se que no segundo semestre de 2023 houve articulação do juizado da infância e juventude área de políticas públicas e execução de medidas socioeducativas com Coordenadoria da Infância da Procuradoria Regional do Trabalho em Macapá para uma apresentação de atuação e pactuação de estratégias para beneficiar os socioeducandos que cumprem medidas socioeducativas na capital, incluindo a realização de uma audiência pública sobre o tema para 2024.

Dentre os projetos apresentados, em diálogo com a Fcria e CREAS de Macapá, destaca-se:

- Projeto “Trocando as lentes para ressignificar a vida” desenvolvido pelo Núcleo de Medida Socioeducativa de Internação Masculina (CESEIN) que tem como objetivo possibilitar, através da arte, processos criativos que favoreçam a autonomia de valores, de comportamentos, de atitudes, que melhorem a auto estima e propiciem o empoderamento, a identidade, a ética e a ampliação do olhar através das correlações entre arte, meio ambiente, cultura, sociabilidade;
- Projeto “Embeleza Mulher” desenvolvido pelo Núcleo de Medida Socioeducativa de Internação Feminina (CIFEM) que tem como objetivo a formação na área da beleza e estética para futura geração de renda;
- Projeto de Artesanato desenvolvido pelo Núcleo de Medida Socioeducativa de Internação Feminina (CIFEM) que tem como objetivo o desenvolvimento de atividades artesanais que promovam a inserção no mercado de trabalho após a liberação da medida.



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

Em paralelo a isso, realizou-se reunião entre o Juizado da Infância e Juventude - Área de Políticas Públicas e Execução de Medidas Socioeducativas da Comarca de Macapá e a Oficina Escola de Lutheria da Amazônia -OELA em que houve o compartilhamento de informações e material educativo, e a referida organização apresentou pedido de apoio financeiro ao MPT de Macapá para subsidiar a realização de cursos de maquiagem, barbearia, e de design de sobancelhas para socioeducandos em meio aberto e fechado.

Entre os desafios identificados, encontra-se a ausência de planos e políticas de promoção de aprendizagem, a nível municipal e estadual, e frágil articulação entre diversos setores públicos e privados, visando ampliar ofertas de cursos e acesso ao mercado de trabalho (como aprendiz, estagiário, empregado, empreendedor) a este público, considerando também à continuidade dos estudos na rede de educação formal de forma a superar a baixa escolaridade dos adolescentes assistidos.

VII - CUIDADOS EM SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES ATENDIMENTO PELO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

A efetivação do direito à saúde, de forma integral, e especificamente a mental dos socioeducandos, em meio aberto e fechado, envolve atendimento junto a Rede de Atenção Psicossocial, e a efetivação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes em Conflito com a Lei - Pnaisari - Portaria Consolidada/MS nº 6/2017 no âmbito municipal e estadual, conforme legislação correlata.



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

Neste tema, a equipe técnica do Juizado, integrante do GMF, tem monitorado os processos infracionais relativos a adolescentes com transtornos mentais, bem como contribuído no desenho de fluxos de atendimento e encaminhamentos junto aos profissionais da Fcra e dos CREAS de Macapá. Ademais, o GMF elaborou proposta da PORTARIA Nº 70470/2023 - TJAP que institui o Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial (CEIMPA), no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amapá, em conformidade com a Resolução 487/2023.

VIII- FOMENTO À LEITURA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Neste tema, o GMF pautou, em reuniões institucionais, a importância do direito à leitura, em consonância com os planos municipais e estaduais de atendimento socioeducativo, e apoiou a realização do II Caminhos Literários no sistema socioeducativo, bem como a I Conferência Livre de Cultura no sistema socioeducativo, contribuindo com a sua divulgação e participação de socioeducandos, profissionais do Sistema de Garantia de Direitos. Além disso, foi retomado a campanha “Virando a página” de arrecadação de livros literários para serem doados aos programas socioeducativos em meio aberto e fechado, contribuindo para o fomento à leitura desse público. Faz-se necessário destacar a importância da articulação entre os Executivos municipal e estadual, conselhos de direitos para a criação de um comitê ou comissão conforme previsto na lei do Sinase, que possibilite o desenho de políticas públicas intersetoriais baseadas em evidências.



Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
gmf@tjap.jus.br
Contatos: 96 3312-4594/4590

Macapá, 12 de março de 2024.



Desembargador **JOÃO LAGES**
Supervisor do GMF



Doc. juntado digitalmente no Processo: 2024032856 - 1, por RENNEE GOMES DE SOUZA em 01/04/2024 09:53:51. A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sig.tjap.jus.br/scpa_control_autenticidade_documento/ informando o código verificador: **AADMNYH4CNP**